

# Chui admite subir pensões de sobrevivência



SÓNIA NUNES  
SONIANUNES.PONTOFINAL@GMAIL.COM

**A** Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau (APOMAC) propôs ao Chefe do Executivo um aumento das pensões de sobrevivência da função pública. A pouco mais de uma semana de apresentar o programa político com que se apresenta sozinho às eleições, Chui Sai On disse concordar com a actualização – tal como fez, há dois anos, quando preparava as Linhas de Acção Governativa para 2013.

A APOMAC avançou desta vez com um valor concreto, à boleia de uma dica do Chefe do Executivo para o próximo mandato, durante um encontro tido ontem. Chui Sai On fez saber que 2015 “será um ano adequado para aplicar uma reforma ao regime dos trabalhadores

da função pública” e que “as autoridades estão atentas ao nível de vida e trabalho dos funcionários públicos, em especial, aos que recebem salários de índice mais baixo”, segundo comunicado oficial. “Aproveitei para pedir que não se esqueça da alteração à legislação sobre as pensões de sobrevivência”, diz Jorge Fão, presidente da assembleia-geral da APOMAC, para quem o actual regime é “retrógrado” e “está ultrapassado, mesmo por países em crise, como Portugal”. As viúvas ou viúvos de funcionários públicos têm direito a receber hoje 50 por cento do vencimento do cônjuge – a proposta da APOMAC é que o valor passe a corresponder a 70 por cento. “O Chefe do Executivo considerou o aumento adequado”, adianta Jorge Fão.

A associação defendeu ainda um regime especial de acesso



**CHUI SAI ON FEZ SABER QUE 2015 “SERÁ UM ANO ADEQUADO PARA APLICAR UMA REFORMA AO REGIME DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA”.**

à habitação pública para os residentes nascidos em Macau. “Deve ser incluindo o critério da naturalidade. As pessoas que nasceram aqui têm as mesmíssimas condições que um residente permanente que chegou há sete anos. É injusto para connosco”, defende Jorge Fão. E Chui Sai On? “Disse que era um dado muito novo. Vai considerar”. A APOMAC pediu ainda intervenção do Chefe do Executivo para reverter a decisão do Governo – confirmada já pelo Tribunal de Última Instância – de não atribuir subsídio de residência aos funcionários públicos que, antes de 1999, aceitaram a passagem de avião para Portugal e são pensionistas da Caixa Geral de Aposentações. “Chui Sai On só tem uma saída e é política: alterar a lei sobre o subsídio de residência para incluir todos os aposentados”, aponta Jorge Fão.